

**Um estudo de elites acadêmicas no campo
da Política Educacional no Brasil***

**A study of academic elite in the field
of Education Policy in Brazil**

**Un estudio de élites académicas en el campo
de la Política Educativa en Brasil**

Isac Pimentel Guimarães**

Resumo: O estudo desenvolvido exigiu parâmetros de objetivação para construção do espaço epistêmico-prático da Política Educacional nos Programas de Pós-Graduação em Educação da região Nordeste do Brasil. Foram utilizados instrumentos estatísticos, a exemplo da análise descritiva e análise fatorial de correspondência múltipla – cujo objetivo foi evidenciar e, paralelamente, delimitar as diferentes espécies de capital atuantes no espaço de produção social do conhecimento, por meio de propriedades de capitais (ou atributos posicionais) extraídas da Plataforma Lattes do CNPq. Com efeito, tornou-se necessário reconhecer as elites acadêmicas, situadas historicamente, como detentoras de valores específicos e com interesses socialmente definidos no campo científico da Política Educacional. A discussão converge para uma análise em torno dos condicionantes sociais e práticos dos agentes que produzem representações acadêmicas nesse campo, haja vista ser necessário explorar a lógica das lutas concorrenciais e as batalhas que se dão em torno do jogo para imposição da agenda de produção, entendidos como tomadas de posição dos agentes em relação ao seu universo de práticas sociais.

Palavras-chave: Elites acadêmicas. Campo científico. Política educacional. Análise de correspondência. Região Nordeste.

* As formulações presentes neste estudo têm por base a tese de Doutorado (*Entre)laços e nós: A constituição do campo acadêmico em Política e Gestão da Educação no Nordeste do Brasil* (GUIMARÃES, 2016), PPGE/UFSCar, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no período 2012-2016, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Roberto Massao Hayashi. O projeto para o desenvolvimento da pesquisa foi aprovado em 12 de junho de 2014 pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - CAAE: 27152214.8.0000.5504.

** Doutor em Educação (Sociologia da Educação) pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Educação (Política e Gestão da Educação) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e da Fundação Visconde de Cairu (FVC). E-mail: <isac_guimaraes@hotmail.com>.

Abstract: The developed study required parameters of objectification for the construction of the epistemic-practical space of Education Policy in the Post-Graduate Programs in Education of the Northeast region of Brazil. Statistical instruments were used, such as the descriptive analysis and factor analysis of multiple correspondence - whose objective was to highlight and, at the same time, to delimit the different kinds of capital acting in the space of social production of knowledge, through capital properties (or positional attributes) extracted from the Lattes Platform of CNPq. In fact, it became necessary to recognize the historically situated academic elite as holders of specific values and with socially defined interests in the scientific field of Education Policy. The discussion converges to an analysis about the social and practical determinants of the agents that produce academic representations in this field, since it is necessary to explore the logic of competitive struggles and the battles that take place around the game to impose the production agenda, understood as agents' positions taken in relation to their universe of social practices.

Keywords: Academic elite. Scientific field. Education policy. Analysis of correspondence. Northeast Region.

Resumen: El estudio desarrollado exigió parámetros de objetivación para la construcción del espacio epistémico-práctico de la Política Educativa en los Programas de Postgrado en Educación de la región Nordeste de Brasil. Fueron utilizados instrumentos estadísticos, a ejemplo del análisis descriptivo y análisis factorial de correspondencia múltiple - cuyo objetivo fue evidenciar y, paralelamente, delimitar las diferentes especies de capital actuantes en el espacio de producción social del conocimiento, por medio de propiedades de capitales (o atributos posicionales) extraídas de la Plataforma Lattes del CNPq. En efecto, se hizo necesario reconocer las élites académicas, situadas históricamente, como detentoras de valores específicos y con intereses socialmente definidos en el campo científico de la Política Educativa. La discusión converge para un análisis en torno a los condicionantes sociales y prácticos de los agentes que producen representaciones académicas en ese campo, ya que es necesario explorar la lógica de las luchas competitivas y las batallas que se dan en torno al juego para la imposición de la agenda de producción, entendidos como tomas de posición de los agentes en relación a su universo de prácticas sociales.

Palavras chave: Elites acadêmicas. Campo científico. Política educativa. Análisis de correspondencia. Región Nordeste.

Introdução

Certa vez, *Tecendo a Manhã*, o ilustre poeta do Sertão, João Cabral de Melo Neto, afirmou em *A Educação pela Pedra* que

[...] um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisará sempre de outros galos. De um que apanhe esse grito e que o lance a outro; de um outro galo que apanhe o grito de um galo antes e o lance a outro; e de outros galos que com muitos outros galos se cruzem os fios de sol de seus gritos de galo, para que a manhã, desde uma teia tênue, se vá tecendo, entre todos os galos. (MELO NETO, 1997, p. 15).

Nessa vereda epistemológica, Melo Neto (1997) serve-nos de ponto de partida para refletir o que ocorre nos meandros das relações entre dominante e dominado¹ do campo científico, as suas relações de complementariedade, de coexistência e força, ou mesmo compreender os atributos de elites acadêmicas decisivos no jogo sociológico de dominação simbólica no campo da Política Educacional, em que os agentes são conduzidos por um fio, um nó, um laço que retroalimenta e direciona uma agenda articulada por agentes que falam da mais alta hierarquia, onde seu **canto** possa ser ouvido sob a **teia** mais **tênue** entre todos os **galos**. E, assim, se tece a **manhã** e o emaranhado de **cantos** que vão formar os campos e constituir os

¹ A oposição dominante e dominado não significa a luta entre classes dominante e subordinada, mas sim o valor e o potencial relativos das várias espécies rivais de capital que compõem a estrutura de um determinado espaço.

capitais que serão utilizados como propriedades para determinar as “avenidas de acesso” aos espaços de produção acadêmica, uma batalha de

[...] luta armada entre adversários que possuem armas tão potentes e eficazes quanto o capital científico coletivamente acumulado **no** e **pelo campo** (portanto, em estado incorporado, em cada um dos agentes) seja mais importante e que estejam de acordo ao menos para invocar, como uma espécie de árbitro último, o veredito da experiência, isto é, do “real”. (BOURDIEU, 2004, p. 32-33, grifo nosso).

É assim que o campo da Política Educacional é concebido, uma arena de poder que se manifesta essencialmente de forma simbólica, pela atuação de propriedades de capitais, em que a organização se dá, sobretudo, pelas disputas empreendidas pelos pares na busca pela autoridade científica. Assim, a conquista pelo crédito científico tem importância fundamental no mercado das publicações científicas nacional e internacional – produção consolidada de artigos científicos, livros e capítulos de livros – em que os resultados das pesquisas ganham projeções na comunidade científica e se transformam em créditos que, conseqüentemente, são trocados por outros em constante processo de colaboração e interconhecimento entre pares².

Desse modo, algumas questões parecem ser importantes e/ou decisivas para a compreensão não só do funcionamento do campo científico em Política Educacional, mas a formação de elites nos polos de produção do conhecimento.

(i) quais recursos (sociais, econômicos, políticos, simbólicos) eram importantes no passado para ascender a posições de elite e quais são importantes no presente? (ii) Como – e em que ritmo – mudanças na estrutura socioeconômica são refletidas na estrutura de elite? (iii) Os caminhos percorridos, isto é, as “avenidas” de acesso a posições de elite mudaram? (iv) A estrutura do grupo mudou ao longo do tempo, ou seja, ela passou (ou não) por um processo de “democratização”, de “popularização” etc.? (PERISSINOTTO; CODATO, 2008, p. 12).

275

Para o desenvolvimento do estudo das elites, torna-se necessário reconhecer os agentes acadêmicos, situados historicamente, como detentores de valores específicos e com interesses socialmente definidos no campo, os quais desvelarão condições para compreensão do estado da produção do conhecimento científico nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da região Nordeste do Brasil, por meio de seus atributos e/ou propriedades que determinam sua posição acadêmico-científica (capital e poder), em uma relação quase corporal que os agentes investem nas “[...] lutas de classificação todo o seu ser social, tudo o que define a ideia que eles têm deles próprios, todo o impensado pelo qual eles se constituem como ‘nós’ por oposição a ‘eles’, aos ‘outros’” (BOURDIEU, 2010, p. 124).

O estudo do campo da Política Educacional, dessa forma, assume uma posição emblemática nesse processo de reformulação do mundo social, visto que a elite que se insurge e o conhecimento de seus atributos científicos proporcionam análises importantes acerca do estado de produção do conhecimento científico nos programas de Pós-Graduação. Para Hey (2004), o discurso produzido por agentes dominantes é determinado, em suas propriedades mais específicas, por uma espécie de capital cultural particular, que é o acadêmico, e o capital social, fruto das relações entre os agentes em universo mais ou menos homogêneo da produção cultural e política, constituindo um traço distintivo de um novo modo de dominação.

² Uma das formas de analisar a materialização do espaço é pela classificação que os pesquisadores fazem dos seus pares, representada pelo interconhecimento. Este sistema de classificação exerce a função de legitimação sobre a realização do nome do pesquisador e do produto acadêmico produzido por ele. Com isso, o sistema de pares estabelece as classificações dos trabalhos que devem ser considerados “sérios”, “interessantes”, ou melhor, que devem ser legitimados ou não. O sistema revela sua arbitrariedade quando se relaciona avaliação dos pares à posição do agente no espaço de produção acadêmica, ou ainda, no espaço social global (HEY, 2004).

Assim, o presente estudo discute, inicialmente, os contextos determinantes para formação de elites acadêmicas – produtoras legítimas de conhecimento científico, tomando por base os estudos e a teoria do campo científico do sociólogo Pierre Bourdieu. Em seguida, delineiam-se os procedimentos teórico-metodológicos utilizados para construção do espaço epistêmico-prático dos agentes que tomam o campo da Política Educacional objeto de estudo, a partir de indicadores de propriedades de capitais predefinidos e instrumentos estatísticos empregados. Por fim, a ênfase recai na tentativa de compreender as estratégias e a formação de elites acadêmicas no campo da Política Educacional na região Nordeste do Brasil.

Contextos determinantes para formação de elites no campo científico

A existência e a permanência de grupos e minorias de referência, que exercem influência sobre a vida social dos indivíduos, têm sido, cada vez mais, alvo de estudos na Sociologia. Entretanto, a existência desses grupos organizados é tão antiga que remota a própria História, ou tão novas quanto o surgimento da máquina (KELLER, 1967, p. 14). O termo “elite” pode ser entendido como expressão de qualquer sistema de minorias especializadas, vinculadas entre si e com a ordem social, econômica e política existente. A partir do instante em que a elite não é determinada objetivamente em consequência do seu papel no interior do modo de produção, torna-se necessário um valor externo que permita distingui-la dos outros segmentos da sociedade que, embora facilmente caracterizáveis, não constituem elites.

Segundo Keller (1967), o italiano Gaetano Mosca desenvolveu a doutrina da classe política, mais tarde aperfeiçoando-a de forma abrangente com a teoria da classe de dirigente, o que passou a chamar de “alta sociedade” ou “alta roda”. A teoria de Mosca não rendeu o suficiente para expressar os anseios dos grupos exigentes da sociedade, emergindo, assim, os estudos de Vilfredo Pareto, que buscou preencher as lacunas existentes na teoria e propor, por meio da teoria das elites, a explicação da estrutura social em dois níveis: as elites, quem alcança os níveis mais altos em seu ramo de atividade e, por sua vez, as massas, estratos inferiores e não elites (KELLER, 1967).

“O termo ‘elite’ vem do latim *eligere*, que significa ‘escolher’. O uso o consagrou como ‘a nata’, ‘a fina flor’ de uma nação, de uma cultura, de um grupo etário, aplicando-a também às pessoas que ocupam altas posições sociais” (KELLER, 1967, p. 14); escolhido pelo francês Vilfredo Pareto por acreditar ser a melhor forma representativa de indivíduos – “os eleitos” –, especialmente qualificados, que tinham a incumbência de guiar a massa – desprovida de aptidões naturais – na condução de seu propósito maior: traçar o seu próprio destino. Além disso, tem sido designado de forma antagônica, tanto com conotação positiva, expressando boas qualidades de indivíduos e grupos na sociedade, quanto negativamente para realçar uma minoria detentora de atributos que se sustenta com base no poder e na riqueza produzida pela maioria (BOT TOMORE, 1965; MARTINEZ, 1997).

No século XVII, na França, o uso da palavra passou a ter sentido mais amplo, estendendo-se a tudo o que era excelente. Logo depois, passa a ser ressignificado pelas ciências sociais, atribuindo-se a ele uma conotação mais substantivada, nos moldes da “excelência”, isto é, de forma geral, as elites se caracterizam por um grupo que exerce posições de destaque, em qualquer sociedade. Esse conceito surgiu em um contexto mediatizado pela instabilidade de grupos sociais que almejavam poder e posição de prestígio, bem como de profundas alterações econômicas ocorridas desde o século XVIII: i) a independência das treze colônias inglesas na América do Norte que instituiu o regime republicano federativo; ii) a Revolução Francesa de 1789, que promoveu a ascensão da burguesia; iii) e a Revolução Industrial, que provocou mudanças na vida econômica e social; iv) o Iluminismo do século XIX, e mais particularmente as

pressões pela democratização social e política; v) só a partir do século XX o interesse pelas massas passa a ganhar projeção entre os intelectuais, principalmente com o desenvolvimento da Sociologia, que se vê impulsionada pelos movimentos sociais e pelas grandes transformações (BOTTOMORE, 1965; MARTINEZ, 1997; GRZYNSZPAN, 1999).

Contudo, é importante compreender as ideias de alguns intelectuais que refletiram a complexidade do tema. Quase em sua totalidade, de acordo com Keller (1967), os estudos realizados sobre as elites tiveram como amparo teórico as teorias desenvolvidas por Aristóteles, que vê a necessidade de vincular as questões morais e materiais às elites para o bem-estar social, enquanto que Saint-Simon compreende as inter-relações entre as elites e as funções sociais. Nessa direção, a teoria de Saint-Simon serviu de base para estudos posteriores, inclusive os de Pareto e Mosca, que procuraram concentrá-los na elite política, embora nenhum deles tenha desenvolvido a noção de que a elite política fosse um grupo especializado vinculado a um setor institucional. Por sua vez, Karl Mannheim enfatiza que as elites constituem um sistema que possui partes interdependentes, cada uma participando do que chamou de “corpo político”. Harold Lasswell acrescenta as várias habilidades, os atributos pessoais, as atitudes que estão presentes em jogo na luta para manutenção das posições de elites; ao passo que os estudos de Raymond Aron apresentam uma visão mais ampla, ao mostrar interesse nos conflitos de ideias de subgrupos, dentro das elites, frente à incompatibilidade de visões sobre o seu futuro (KELLER, 1967).

Por muito tempo, o interesse pelas minorias dominantes nas sociedades atuais, frente aos regimes políticos e democráticos, foi bastante estudado, a exemplo de outros estudiosos que, após a II Guerra Mundial, se dedicaram ao assunto, sendo oportuno mencionar: James Burham, David Riesman, Floyd Hunter, Charles Wright Mills, Robert Dahl, William Kornhauser, Seymour Lipset, Maurice Duverger, Giovanni Sartori, Peter Bachrach, Morton Baratz, Tom Bottomore e Ralph Miliband, que, sob as mais variadas perspectivas, buscaram compreender a essência de “elites políticas” de sua época - ou, como se pode afirmar, observar como estas minorias se formam e passam a adquirir mecanismos de dominação sobre determinada comunidade.

Esses acontecimentos fizeram com que a teoria das elites sofresse algumas rupturas. Até a década de 1960, os estudos centravam-se no campo dos debates políticos e econômicos. Com a influência da Sociologia e o advento dos meios de comunicação, o foco dos interesses passa a ser projetado para o fenômeno das massas. Os estudos em torno da teoria das elites prolongam-se no meio acadêmico até a década de 1980, produzindo uma vasta e respeitada literatura nas ciências sociais, com autores de diferentes filiações institucionais. A procura pelo tema, entretanto, enfraquece, e os estudiosos passam a se interessar com mais afinco às instituições políticas e seus desdobramentos no Estado capitalista, situação mais agravada no campo científico brasileiro em que os estudos praticamente desapareceram.

Entretanto, Perissinotto e Codato (2008) detalham três perspectivas que contribuíram sobremaneira para a redução dos estudos desse tema: i) o **antielitismo do marxismo estruturalista** - embora a natureza das elites constitua fator importante para compreensão dos fenômenos políticos, os efeitos de suas decisões não são, necessariamente, reflexos das intenções dos seus membros, ou seja, os atributos apresentados por determinada elite não seriam parâmetros para compreender sua tomada de decisão política; ii) o **institucionalismo de escolha racional** - não menos diferente do estruturalismo marxista, em que a conduta dos atores está associada à reação racional por regras impostas pela instituição. Aqui não se levaria em conta as histórias pregressas dos atores, as origens sociais e seus valores culturais, uma vez que, dentro de uma instituição, estes atores são intercambiáveis e buscam maximizar seus objetivos, racionalmente; e, por fim, iii) a **sociologia relacional de Pierre Bourdieu** - a crítica realizada pelo sociólogo francês reside na impossibilidade de alguns pesquisadores compreenderem “o real

é relacional”, visto que os atributos apresentados pelos agentes são expressões de propriedades objetivas derivadas de suas posições no espaço social.

A inserção e a manutenção do indivíduo no interior das elites dependem de uma melhor compreensão pessoal do funcionamento dessa resultante. A possibilidade de reprodução de cada modelo de formação de elites dá-se por meio de uma articulação entre ações de convencimento e a distribuição de prêmios e de castigos que objetivam, em última instância, a estabilizá-lo no tempo. A sobrevivência política de uma elite, portanto, consiste em viabilizar a aceitação mais ou menos consensual de um critério de legitimação do acesso diferenciado aos bens materiais e simbólicos produzidos coletivamente, de forma que a distribuição assimétrica de oportunidades de vida mostre-se como algo minimamente justo (KREIMER, 1998; GUTIERREZ, 2005).

Com efeito, é com base na concepção da Sociologia Relacional defendida por Bourdieu (1989) que este estudo busca compreender e/ou observar o *quantum* de determinado capital apresentado por um agente está vinculado ao *quantum* de mesmo capital tem forte vinculação a outra posição de um mesmo campo. Logo, para o autor, a ideia de poder está intimamente relacionada às diferentes posições ocupadas pelos agentes no campo, o que possibilita uma distribuição desigual dos capitais específicos e permite aos seus jogadores assumirem posições potencialmente distintas umas das outras na arena científica, não uma ação meramente relacional entre “indivíduos”.

Os campos são os lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas. **Um campo não se orienta totalmente ao acaso.** Nem tudo nele e igualmente possível e impossível em cada momento. Entre as vantagens sociais daqueles que nasceram num campo, esta precisamente o fato de ter, por uma espécie de **ciência infusa**, o domínio das leis imanentes do campo, leis não escritas que são escritas na realidade em estado de tendências e de ter o que se chama em *rugby*³, mas também na Bolsa, **o sentido do jogo.** (BOURDIEU, 2004, p. 27, grifo nosso).

A ação das elites em uma determinada arena, em que lutas são travadas para a imposição da legitimidade da prática social, pode ser caracterizada como um “jogo oculto”, que só joga quem conhece as regras e se propõe a jogar. Nas palavras de Tsebelis (1998):

Ambos os tipos de jogos ocultos (jogos com múltiplas arenas e projeto institucional) podem levar a escolhas aparentemente subótimas. No caso de jogos em múltiplas arenas, o observador analisa o jogo na arena principal sem levar em conta fatores contextuais, enquanto o ator percebe que o jogo está oculto num jogo maior que define como os fatores contextuais (os outros terrenos) influenciam os seus *payoffs* e os outros jogadores. No caso do projeto institucional, o jogo na arena principal está inserido num jogo maior quando as próprias regras do jogo são variáveis; nesse jogo, o conjunto de opções disponíveis é consideravelmente maior do que no jogo original. O ator agora está apto a escolher a partir do novo conjunto uma estratégia que é até melhor do que a sua opção ótima no conjunto inicial. (TSEBELIS, 1998, p. 23).

O jogo só é possível se os agentes estiverem dispostos a jogar e dotados de *habitus*, ou seja, de disposições implícitas no campo que possibilitam o conhecimento e o reconhecimento de leis e de mecanismos que emanam do campo e orientam os agentes a reagirem inconscientemente sob determinadas circunstâncias, gerando as práticas, as percepções e as atitudes. O *habitus* passa

³ Quando jovem, Bourdieu praticava esporte e foi jogador de *rugby*, ao mesmo tempo que pensou que este poderia ser um objeto sociológico legítimo, na sociologia francesa depois da Guerra. O *rugby* é um esporte inglês de intenso contato físico e coletivo semelhante ao futebol, em que um “[...] bom jogador sabe para onde vai a bola e se põe lá onde a bola vai cair, o bom cientista jogador é aquele que, sem ter a necessidade de calcular, de ser cínico, faz as escolhas que compensam. Aqueles que nasceram no jogo têm o privilégio do ‘inatismo’. Eles não têm a necessidade de serem cínicos para fazer o que é preciso quando é preciso e ganhar a aposta” (BOURDIEU, 2004, p. 28).

a ser não só produto efetivo do funcionamento do campo, mas a condição para que ele se movimente e funcione continuamente, uma vez que é produto das relações sociais e tende a assegurar a reprodução das relações objetivas que o engendram (BOURDIEU, 2003).

As elites são formadas por agentes dotados de certas propriedades de capitais, que produzem conhecimentos para distribuição, consumo e manutenção de seu *status* em um determinado campo. Assim, ao dar continuidade aos estudos sobre o tema, Hey (2012) esclarece que o espaço de produção acadêmica é o lócus formado por protagonistas que têm por delegação disseminar o conhecimento científico, a partir de uma prática social legitimada e reconhecida pelos pares, e complementa:

Na definição das elites há o pressuposto da existência de sujeitos que ocupam posições distintas de poder político, econômico, burocrático, militar, cultural, religioso, científico, além de gozar do reconhecimento, pelo grupo social, da posição ocupada. Não há a autoproclamação de pertencimento a uma elite, mas a nomeação por um grupo que compartilha padrões de comportamento, sistemas de valores, de interesses e que propõe, à sociedade como um todo, modelos nos quais se assentam suas ações práticas e suas disposições. (HEY, 2012, p. 3).

Pode-se, assim, dizer que as elites acadêmicas, que exercem poder de dominação no campo científico, ditam as regras do jogo no sentido de definir quais objetos são legítimos e merecem ser estudados e quais espaços concedem ao grupo notoriedade, para, em seguida, empenhar esforços no desenvolvimento de suas pesquisas em um movimento de recompensas que definirá as “possibilidades e impossibilidades” (BOURDIEU, 2004) de alcançar seus objetivos. O capital científico constitui uma espécie própria do **capital simbólico** –, fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento, atribuído pelos pares-concorrentes dentro do campo para obtenção de créditos.

279

Esse capital, de um tipo inteiramente particular, repousa, por sua vez, sobre o reconhecimento de uma competência que, para além dos efeitos que ela produz e em parte mediante esses efeitos, proporciona autoridade e contribui para definir não somente as regras do jogo, mas também suas regularidades, as leis segundo as quais vão se distribuir os lucros nesse jogo, as leis que fazem que seja ou não importante escrever sobre tal tema, que é brilhante ou ultrapassado, e o que é mais compensador publicar. (BOURDIEU, 2004, p. 27).

Com o intuito de promover uma reflexão prática, Bourdieu (2004) afirma que os agentes, que têm por delegação comandar os pontos de vista e as intervenções científicas, bem como “[...] os lugares de publicação, os temas que escolhemos, os objetos pelos quais nos interessamos etc. [são definidos pela] estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes que são os princípios do campo” (BOURDIEU, 2004, p. 23). Desse modo, essa estrutura é o que determina o que pode e o que não pode ser feito, muitas vezes orientado pela posição ocupada pelos agentes em campo, é o lugar de “onde se fala” que norteará as ações dos agentes e seu poder de dominação para travar uma luta legítima contra os seus adversários.

Para Bourdieu (2004), há duas formas de poder que agem no campo científico. São espécies de capitais com leis de acumulação e formas de transmissão distintas: i) poder institucional – de caráter “temporal” (ou político), relacionado às posições de prestígios nas instituições científicas, ao poder sobre os meios de produção e de reprodução, adquiridos por meio de estratégias políticas; ii) **poder específico** – diretamente associado à ideia de “prestígio pessoal” e reconhecimento obtidos pelos agentes, é também conhecido como capital científico “puro”, pois repousa nas contribuições ao progresso da ciência. Essas duas formas de capitais são responsáveis por dar ao campo sua estrutura apropriada e as condições ideais para que os capitais específicos dotados pelos agentes comandem o espaço homólogo de tomada de posição.

Os estudos que abordam a teoria das elites no campo da produção científica brasileira têm se renovado, na tentativa de colocar o assunto na agenda e na ordem de discussão das principais associações de pesquisa do Brasil, contra um “[...] influxo experimentado nas últimas décadas pelos estudos de elites nos principais polos acadêmicos internacionais [...] estreitamente associado ao impacto surtido pelos trabalhos de Pierre Bourdieu” (SEIDL, 2008, p. 7). Muitos desses trabalhos encontram-se amparados, por vezes, na temática de “grupos dirigentes e estruturas de poder”, disseminados no âmbito do Grupo de Trabalho - GT 16 da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), em que se procuram conhecer o tema sob os mais variados aspectos teórico-metodológicos.

De acordo com Shinn e Pascal (2008), a sociologia da ciência defendida por Bourdieu representa uma sociologia dos campos científicos, com objetivos predefinidos: i) apreender sua multipolarização, quer dizer, os eixos de oposições objetivas em torno dos quais se distribuem os agentes; ii) apreciar sua autonomia relativa em relação aos poderes temporais; iii) construir espaços de tomadas de posição dos agentes ao espaço de posições por uma relação de homologia que, conforme a teoria de Bourdieu, nada tem a ver com a relação de reflexo mecânico, evocada pelos sociólogos marxistas do conhecimento.

Coenen-Huther (2013, p. 128) coloca em evidência as “elites por posição” que considera como um “[...] grupo ocupando posições estratégicas que lhe permitem exercer uma influência perceptível sobre processos de tomada de decisão”, e acrescenta que não é incongruente qualificar os agentes que ascendem às posições dominantes enquanto “elites especializadas”. Urbizagástegui-Alvarado (2010) denomina de “elites produtoras” os agentes que se mantêm à frente das pesquisas e ocupam posições de lideranças dentro do campo, em virtude de o *habitus* pessoal ser determinante para lhes proporcionar a gestão dos recursos de produção cultural e científica.

A formação de um novo campo intelectual é, portanto, fruto da própria história, que faz surgir a automatização de um sistema amplo de conceitos para investigação científica e o desenvolvimento profissional. Assim se constitui o campo acadêmico da Política Educacional, o espaço de produção, de circulação e de legitimação do conhecimento científico.

O instrumental e a operacionalização do estudo

Para construir o espaço dos agentes que tomam o campo da Política Educacional como objeto de estudo, caracterizaram-se os PPGE situados na região Nordeste do Brasil e agrupou-se um conjunto de informações referente à trajetória acadêmico-profissional dos agentes credenciados às linhas de pesquisas em Política Educacional, tendo por base os atributos e/ou propriedades de capitais delineados por Bourdieu (1983, 1984).

O Currículo Lattes⁴ de cada pesquisador, disponível na Plataforma Lattes do CNPq, no ano de 2014, foi a base utilizada para extrair as referidas propriedades pertinentes a este espaço, objetivamente mensuráveis pelos instrumentos estatísticos empregados: i) **indicadores de determinante escolar**: estudos superiores, títulos obtidos, estudos no exterior, estágios de

⁴ O Sistema CV-Lattes representa um componente da Plataforma Lattes sob a responsabilidade do CNPq, constituindo uma base de grande importância na comunidade científica brasileira e utilizado para o gerenciamento de informação curricular de atores institucionais. O Currículo Lattes tornou-se um padrão nacional no registro da vida pregressa e atual dos estudantes e pesquisadores do país, e é hoje adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa do País. Por sua riqueza de informações e sua crescente confiabilidade e abrangência, tornou-se elemento indispensável e compulsório à análise de mérito e competência dos pleitos de financiamentos na área de ciência e tecnologia. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

pesquisa no Brasil e no exterior; ii) **indicadores de capital de poder universitário**: instituições em que atua/atuou, carreira na universidade, ocupação de postos na universidade: chefias, coordenações, direções, pró-reitoria, reitoria, membro de comissões administrativas e científicas; iii) **indicadores de capital de poder científico**: participação em grupos de pesquisa, assessoria à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e fundações de pesquisa estaduais, consultoria ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); iv) **indicadores de capital de prestígio científico**: prêmios de mérito científico, consultor científico e professor no exterior; v) **indicadores de capital de notoriedade intelectual**: conselho de revistas científicas, consultoria ao Ministério da Educação (MEC); vi) **indicadores de capital de poder político**: cargos na CAPES, no CNPq, no MEC, no Conselho Nacional de Educação (CNE), na Secretaria de Educação Superior (SESu), em Secretarias Estaduais, na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e na Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE).

Cada pesquisador, nomeado para este estudo, foi entendido como um elemento construído (BOURDIEU, 1984, p. 36), marcado por um conjunto finito de propriedades, explicitamente definidas, que difere – por um sistema de diferentes assimiláveis – dos conjuntos de propriedades que caracterizam ou outros indivíduos. Esse mecanismo proporciona compreender o papel e a posição do pesquisador no espaço construído de diferenças, produzidas essencialmente pela definição do conjunto finito das variáveis atuantes.

Para tanto, operacionalizou-se a Análise Fatorial de Correspondência Múltipla (AFCM) com intuito de avaliar a associação entre variáveis categóricas e observar conjuntamente as informações contidas na tabela de contingência⁵ sobre os PPGE. A análise fatorial aplicada aos dados dos pesquisadores tem a principal função de demonstrar que as representações sociais são também princípios organizadores de diferenças entre as tomadas de posições individuais. Ela evidencia uma estrutura de propriedades partilhadas sobre a base de diferenças individuais, as quais se ordenam segundo os pertencimentos sociais dos indivíduos (HEY, 2007).

Como a informação decresce da primeira até a última dimensão, os primeiros eixos (dimensões) são de grande utilidade na representação das categorias, o que faz com que a análise gráfica de tais eixos seja muito informativa. Outra medida utilizada no estudo é a qualidade, responsável por mensurar a qualidade da informação obtida pelas n dimensões em cada categoria das variáveis. Seu valor concentra-se entre 0 e 1, de forma que, quanto mais próximo de 1, melhor a qualidade da informação, e seu mínimo necessário é de $1/p$, sendo p o número de categorias em questão.

Para os diversos estudos que buscam avaliar a associação entre variáveis categóricas, a análise de correspondências mostra-se uma alternativa adequada, visto que possibilita observar conjuntamente todas as informações contidas em uma determinada tabela de contingência, bem como representar a estrutura de correlações em forma de gráficos (FÁVERO *et al.*, 2009).

⁵ Entende-se por tabelas de contingência aquelas que transpõem as categorias de duas variáveis, contendo em cada casela o número de indivíduos que apresenta as categorias cruzadas. A AFCM tem seus resultados baseados em uma única tabela, chamada de Tabela de Burt, a qual é simétrica ($k \times k$), e justapõe o conjunto das tabelas de contingências que poderiam ser construídas cruzando duas a duas as p características observadas. Sendo k o número total de categorias, tal tabela resume a informação de todas as tabelas de contingência possíveis. Ao submeter a Tabela de Burt à AFCM, obtém-se um conjunto de m eixos que organizam, de forma hierarquizada, toda a informação contida nos dados, ou seja, a quantidade de informação concentrada decresce do primeiro ao último fator.

No campo da pesquisa desenvolvida, a análise estatística foi elaborada com os dados dos agentes diretamente relacionados ao campo acadêmico da Política Educacional, com o número aproximado de 34 variáveis elaboradas a partir das informações da trajetória acadêmico-profissional dos agentes. Observaram-se, por meio das tabelas de contingência, as porcentagens entre as diferentes categorias de cada variável analisada e comparou-se em quais casos as porcentagens se diferenciam/se destacam. Neste estudo, cruzou-se a variável instituição de ensino (dimensão perfil dos PPGE) com as demais variáveis do banco de dados (33 cruzamentos).

A AFCM reproduz a variação total do número de variáveis em um número restrito de duas dimensões ou fatores. Variáveis consideradas na análise: i) **Dimensões:** poder universitário, prestígio científico, poder científico, notoriedade intelectual, poder político; ii) **Variáveis:** estágio de pesquisa no exterior, sexo, titulação máxima, doutorado exterior, IES PPGE. Visando a um melhor aproveitamento do banco de dados e também a utilização de uma maior quantidade de variáveis a serem incluídas na Análise Multivariada⁶, as seguintes variáveis foram criadas (Tabela 1):

Tabela 1 - Descrição das variáveis incluídas na AFCM

Descrição	Variáveis
Sexo do docente	sexo
Instituição do PPGE	PPGE_IES
Se o agente possui, ou não, Graduação em Pedagogia	PEDAGOGIA
Se o agente possui, ou não, Mestrado	MESTRADO
Se o agente possui, ou não, Mestrado em Educação	EDUCACAO
Se o agente possui, ou não, Doutorado em Educação	EDUCACAO_DOC
Se o agente possui, ou não, Doutorado no exterior	EXTERIOR
Se o agente possui, ou não, Pós-doutorado	POSDOC
Se o agente possui, ou não, estágio de pesquisa no exterior	ESTAGIO_EXTERIOR
Tempo de carreira em universidade pública	CARREIRA_COD
Se o agente possui, ou não, cargo em universidade pública	CARGO
Se o agente possui, ou não, prêmio de mérito científico	PREMIO
Se o agente possui, ou não, bolsa de produtividade do CNPq	BOLSISTA_CNPQ
Se o agente participa, ou não, de grupos de pesquisa, assessoria e consultoria	MEMBRO_ASSESSORIA_CONSULTORIA
Se o agente participa, ou não, de conselho de revistas científicas ou consultoria ao Ministério da Educação	CONSELHO
Se o agente possui, ou não, cargos no MEC, no CNE, na SESu e Secretarias estaduais	CARGOS1
Se o agente possui, ou não, cargos na SBPC, na ANPEd e na ANPAE	CARGOS2

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise descritiva e a AFCM permitem obter: i) tabelas para cada variável, apresentando as frequências absolutas e relativas observadas (variáveis qualitativas) ou tabelas com média, desvio padrão, mínimo e máximo (variáveis quantitativas); ii) tabelas cruzadas, caracterizando o

⁶ A análise multivariada de dados é uma extensão natural das análises univariadas e bivariadas. Enquanto a análise univariada estuda os comportamentos e as distribuições de uma variável isolada, a análise bivariada estuda as associações e as correlações e elabora as análises de variância relativas a duas variáveis simultaneamente. A análise multivariada, por sua vez, é utilizada para estudar modelos em que todas as variáveis sejam aleatórias e inter-relacionadas, de modo que seus diferentes efeitos não possam ser interpretados de forma separada (FÁVERO *et al.*, 2009, p. 5).

perfil dos PPGE, de acordo com as demais variáveis estudadas; iii) resultados obtidos na AFCM, contendo a decomposição da inércia e Qui-Quadrado, medidas de qualidade, massa e inércia, contribuição à inércia em cada dimensão, coordenada em cada uma e gráfico elaborado para este estudo. Os principais resultados estão postos a seguir.

Dessa forma, a análise fatorial de correspondência utilizada reproduz a variação total do número de variáveis em um número restrito de duas dimensões ou fatores. As análises estatísticas foram realizadas no software estatístico *Statistical Analysis System* – S.A.S. 9.2.

Estratégias e formação de elites acadêmicas no campo da Política Educacional no Nordeste do Brasil

A formação do campo de investigação em Política Educacional é relativamente nova, está em construção. No Brasil, sua institucionalização começou, efetivamente, no final da década de 1960, com a produção de trabalhos acadêmicos, embora sua expansão se tenha dado, essencialmente, em meados de 1980, quando mudanças importantes ocorrem no contexto político do país até o presente momento, em que diversos estudos têm sido realizados com objetivo de delinear a complexidade dos objetos e as epistemologias da Política Educacional (GUIMARÃES, 2016, 2018; MAINARDES, 2017, 2018a, 2018b, 2018c; SAVIANI, 2017; SCHNEIDER, 2014; SOUZA, 2016; STREMEL; MAINARDES, 2016; STREMEL, 2017).

Atualmente, o campo segue em um movimento de articulação e reflexão de pesquisadores promovido pela *Red de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa* (ReLePe), criada em 2010, assim como na produção de estudos latino-americanos que são realizados desde o processo de formação do campo nos anos de 1950, tomando por base as discussões oportunas acerca das questões epistemológicas e o rigor teórico-metodológico do campo da Política Educacional (GARCÍAS FRANCO, 2014; TELLO, 2012).

Nesse contexto, para construir o espaço dos agentes que tomam o campo da Política Educacional como objeto de estudo, coletou-se por meio dos relatórios de avaliação da CAPES⁷ (2013) informações pertinentes aos PPGE. A Tabela 2 apresenta as características gerais de cada programa até o ano de 2014, demonstrando que os primeiros cursos de Mestrado e de Doutorado na região Nordeste foram na Universidade Federal da Bahia (UFBA), com início em 1971 e 1992, respectivamente; e que a única universidade com conceito CAPES 5 é a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Ao todo, 13 programas de Pós-Graduação *stricto sensu* foram analisados; no entanto, apenas 38,46% deles possuíam curso de Doutorado em Educação na região Nordeste.

⁷ A partir de 2014, a **avaliação dos cursos de Mestrado e Doutorado** passou a ser realizada quadrienalmente. Os resultados da avaliação periódica de Programas de Pós-Graduação são expressos em notas, em uma escala de 1 a 7, que são atribuídas aos Mestrados e Doutorados após análise dos indicadores referentes ao período avaliado. Essa análise é conduzida nas comissões de área de avaliação e, posteriormente, no Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES), que homologa os resultados finais. São esses resultados que fundamentam a deliberação do Conselho Nacional de Educação (CNE/MEC) sobre quais cursos obterão a renovação de reconhecimento para a continuidade de funcionamento no período subsequente. Disponível em: <<http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/a-avaliacao>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

Tabela 2 - Caracterização dos Programas de Pós-Graduação em Educação da Região Nordeste

UF	IES	PROGRAMAS PÓS-GRADUAÇÃO <i>(stricto sensu)</i>	Nível	ANO DE INÍCIO		Conceito CAPES	Linhas de Pesquisa - Política e Gestão da Educação	Número de Pesquisadore s Credenciados
				M	D	Triênio 2013		
AL	UFAL	EDUCAÇÃO BRASILEIRA	M/D	2001	2010	4	História e Política da Educação	10
BA	UFBA	EDUCAÇÃO	M/D	1971	1992	4	Políticas e Gestão da Educação	7
	UNEB	EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE	M/D	2001	2010	4	Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável	8
	UEFS	EDUCAÇÃO	M	2011	-	3	Políticas Educacionais, História e Sociedade	6
	UESB	EDUCAÇÃO	M	2012	-	3	Políticas e Gestão da Educação	6
CE	UFC	EDUCAÇÃO BRASILEIRA	M/D	1977	1994	4	Avaliação Educacional	8
	UECE	EDUCAÇÃO	M	2003	-	4	Política Educacional, Formação e Cultura Docente	4
MA	UFMA	EDUCAÇÃO	M	1988	-	3	Estado e Gestão Educacional	4
PB	UFPB	EDUCAÇÃO	M/D	1977	2003	4	Políticas Educacionais	10
PE	UFPE	EDUCAÇÃO	M/D	1978	2002	4	Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação	8
PI	UFPI	EDUCAÇÃO	M	1991	-	4	Educação, movimentos sociais e políticas públicas	7
RN	UFRN	EDUCAÇÃO	M/D	1978	1994	5	Política e Práxis da Educação	6
SE	UFS	EDUCAÇÃO	M/D	1994	2008	4	História, Política e Sociedade	11

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Por meio da Tabela 2, percebe-se que as assimetrias presentes no Sistema Nacional de Pós-Graduação só serão superadas se as metas estabelecidas no VI Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020) forem cumpridas, em prol de melhor articulação do Sistema CAPES de Avaliação e políticas públicas que atendam plenamente a tais condições: i) integração da Pós-Graduação no interior do sistema universitário; ii) formação do corpo docente do Ensino Superior; iii) construção de um amplo sistema de bolsas no país e no exterior; iv) estruturação de uma política e de um fundo público de investimento para pesquisa e Pós-Graduação, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste; v) participação sistemática de representantes da comunidade acadêmica nos processos de formulação da política de pesquisa e Pós-Graduação e aperfeiçoamento do sistema nacional de avaliação dos programas; vi) integração do ensino à pesquisa; viii) criação de um sistema articulado à produção e à orientação de teses, de dissertações e de iniciação científica; e, por fim, ix) articulação em rede da comunidade acadêmica nacional com centros da produção científica internacional.

Verifica-se por meio das Tabelas 3 e 4 uma caracterização geral dos agentes pesquisados: 66,3% é do sexo feminino, possui Graduação (96,8%) e Mestrado (87,4%), não possui Doutorado no exterior (85,3%), Pós-doutorado (74,7%) nem estágio de pesquisa no exterior (88,4%). Também, 83,2% deles não ocupam cargo dentro do departamento e 56,8% não receberam prêmio de mérito científico, não são bolsistas de produtividade CNPq (93,7%), nem participam de grupos de pesquisa, assessoria e consultoria (55,8%). Ainda, 65,3% deles participam de conselho de revistas científicas ou consultoria ao Ministério da Educação, mas não

ocuparam cargo no MEC/CNE/SESu e Secretarias (62,1%) e na SBPC/ANPEd/ANPAE (72,6%). Entretanto, 78,7% estão há mais de 10 anos na universidade pública, com um tempo médio de 19,3 anos e desvio padrão de 10 anos. O tempo mínimo observado na universidade pública é de três anos e o máximo de 43 anos.

A autonomia do campo científico está condicionada às “[...] pressões externas, a forma sob a qual elas se exercem, créditos, ordens, instruções, contratos, e sob quais formas se manifestam as resistências que caracterizam a autonomia” (BOURDIEU, 2004, p. 21). Dessa forma, quanto mais autônomo for o campo, maior será sua capacidade de refratar as pressões e as demandas externas, escapar das leis sociais externas e os agentes triunfarem. Por outro lado, quanto mais o campo é heterônomo e sua concorrência demonstra-se imperfeita, mais requer dos agentes intervenção de forças “não-científicas” nas lutas concorrenciais.

Tabela 3 - Caracterização geral dos agentes dos PPGE

Variáveis Ativas		Resultado (N = 95)
Sexo	Masculino	33,7
	Feminino	66,3
Graduação*	Sim	96,8
	Não	3,2
Mestrado	Sim	87,4
	Não	12,6
Doutorado no exterior	Sim	14,7
	Não	85,3
Pós-doutorado	Sim	25,3
	Não	74,7
Estágio de pesquisa exterior**	Sim	11,6
	Não	88,4
Tempo de carreira em universidade pública (N = 94)***	Até 5 anos	6,4
	Entre 5 e 10 anos	14,9
	Acima de 10 anos	78,7
Cargo****	Sim	16,8
	Não	83,2
Prêmio de mérito científico	Sim	43,2
	Não	56,8
Bolsista de produtividade do CNPq	Sim	6,3
	Não	93,7
Membro/Assessoria/Consultoria e Avaliação CAPES/CNPq/FAPs	Sim	44,2
	Não	55,8
Conselho editorial científico	Sim	65,3
	Não	34,7
MEC/CNE/SESu e Secretarias Estaduais	Sim	37,9
	Não	62,1
SBPC/ANPEd/ANPAE	Sim	27,4
	Não	72,6

Fonte: Dados da Pesquisa.

* Pesquisadores com mais de uma Graduação, considerou-se a Graduação mais antiga.

** Inclui-se o Doutorado com período sanduíche.

*** Na análise descritiva, consideram-se três categorias e, na análise de correspondência, juntaram-se as categorias “até 5 anos” a “entre 5 e 10 anos”, pois a frequência da primeira era relativamente baixa. Além disso, o N aqui é de 94 porque um agente não apresentou informação sobre o tempo de carreira no CV-Lattes.

**** Ocupação em outros cargos na universidade pública (Coordenador de Curso Graduação ou Pós-Graduação, Chefia ou Direção de Departamento/Pró-Reitoria e Reitoria/Comissão Administrativa ou Científica).

Tabela 4 - Medidas descritivas para o tempo de carreira em universidade pública

	N	Média	Desvio Padrão	Mediana	Mínimo	Máximo
Tempo de carreira em universidade pública	94	19,3	10,0	19,0	3,0	43,0

Fonte: Dados da Pesquisa.

A posição de elite caracteriza-se, sobretudo, por um contexto que os fazem os melhores por pertencimento no exercício de suas atividades, por sua efetiva capacidade de se reportar aos seus pares para obtenção de consentimento e permanência em um conjunto de condições objetivas que, em determinadas circunstâncias, se coloca para o grupo. Assim, apresenta particularidades pessoais, demonstradas tanto por sua origem social, trajetória e valores, quanto por deter propriedades de capitais elevadas para assumir posições de destaque e dominação sobre os demais.

O capital simbólico, prestígios e privilégios das elites representam o seu sinal distintivo. Dessa forma, no campo, a posição de elite estabelece as próprias normas a serem seguidas, e seu poder reside no fato de o modelo que apresenta ser aceito e considerado como digno de ser seguido, visto que se refere a um grupo que se destaca por incorporar os melhores elementos avaliados por merecimento de um atributo ou de uma propriedade, em resposta a uma eficiência demonstrada previamente, perdida com o passar do tempo.

Nesse sentido, Bourdieu (2011, p. 70) informa que o campo universitário é capaz de reproduzir, na sua estrutura, um campo de poder que é fortalecido pelas posições e capitais que os agentes detêm, pois “[...] é na verdade no e por seu funcionamento como espaço de diferenças entre posições (e, da mesma maneira, entre as disposições de seus ocupantes) que se realiza, fora de toda intervenção das consciências e das vontades individuais que são constitutivas do campo do poder”.

As batalhas geradas no espaço social de produção acadêmica em Política Educacional estão determinadas por essas estruturas objetivas, sendo características de tal campo a força do grupo dominante, “[...] no que concerne à construção da agenda, das retóricas, das cumplicidades ou dos antagonismos existentes no espaço de produção acadêmica” (HEY, 2004, p. 28). Por conseguinte, a estrutura desse campo se configura no estado de relação de forças entre os agentes, isto é, entre os poderes que possuem, a título pessoal, e sobretudo, por meio dos programas e das instituições a que pertencem; a posição ocupada individualmente pelo agente está no princípio das estratégias que visam a transformá-las ou a conservá-las a ponto de modificar ou manter as forças dos diferentes poderes ou as equivalências estabelecidas entre as diferentes espécies de capital.

- Indicadores de determinantes escolares

Com relação aos indicadores de determinantes escolares, em quase todos os PPGE, os agentes informaram a Graduação no CV-Lattes, exceto UFBA, Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal de Sergipe (UFS). Observou-se que 73,9% realizaram a Graduação na região Nordeste e que 42,4% têm formação em curso de Pedagogia. Constatou-se que 66,3% realizaram o Mestrado na região Nordeste e que 68,7% têm Mestrado em Educação, o tempo, em média, de sua realização varia entre 12 e 30 anos. Além disso, 75% realizaram o Doutorado em Educação na região Nordeste, com conclusão, em média, de 10 anos e desvio padrão de 4,6 anos. O tempo mínimo desde a conclusão do Doutorado é de 1 ano e o máximo é de 24 anos. Nos programas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal do Piauí (UFPI) e UFPB não foram identificados agentes que tenham realizado o Doutorado no exterior e destaca-se a Universidade do Estado Bahia (UNEB), na qual 50% dos pesquisadores realizaram na Alemanha, Canadá, Espanha, EUA, França, Inglaterra e Portugal. Na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e UFPI os agentes não apresentaram estágio de Pós-doutorado no Brasil e no exterior.

A formação dos agentes pertencentes ao campo da Política Educacional concentra-se em áreas correlatas à área de Educação, com relativo acesso aos centros de pesquisas da região Sudeste e pouca colaboração com centros internacionais; programas relativamente consolidados, como alguns cursos criados na década de 1970 e 1980, os quais apresentam baixo capital de poder científico, político e universitário.

- Indicadores de capital de poder universitário e prestígio científico

Os agentes da Política Educacional vão assumir diferentes posições dentro do campo acadêmico que, por sua vez, acomodarão o espaço homólogo para as tomadas de decisão e produção. Isso pode ser observado pelas visões de mundo dos agentes, de suas estratégias e ações para se colocar nas disputas pela autoridade científica, para obtenção e manutenção do capital universitário e a ocupação de posições que permitam dominar outras posições e seus ocupantes, pois possibilita que “[...] esse poder sobre as instâncias de reprodução do corpo universitário assegure a seus detentores uma autoridade estatutária, espécie de atributo de função que está muito mais ligado à posição hierárquica que a propriedades extraordinárias da obra ou da pessoa” (BOURDIEU, 2011, p. 116).

Quanto aos indicadores de capital de poder universitário, verifica-se que o tempo médio de carreira em universidade pública varia entre 14 e 29 anos, tendo o agente com mais tempo de carreira 43 anos e o com menos tempo 3 anos. Além disso, a maioria deles não possui outro cargo na universidade, além de docente e pesquisador. Entretanto, esses agentes são ocupantes das posições de poder fundadas nas instituições, logo

[...] são dominados do ponto de vista da consagração propriamente universitária e sobretudo do ponto de vista da notoriedade intelectual (eles praticamente não são traduzidos); cobertos de louros escolares (eles são frequentemente laureados do concurso geral, caciques de concursos da Escola normal ou da agregação), eles são os produtos acabados da dialética da consagração e do reconhecimento que atrairia ao centro dos sistemas os mais inclinados e os mais aptos a reproduzi-lo sem alteração. (BOURDIEU, 2011, p. 115).

Os indicadores de capital de prestígio científico demonstram que apenas agentes dos programas da UFAL (70%), UFC (75%), UFPB (60%) e UFPE (75%) receberam prêmio de mérito científico. Os dados apontam ainda que apenas o programa da UFPE (37,5%) apresentou bolsista de produtividade do CNPq. Nas instituições UFBA, UFMA, UFPE, UFS, UECE e UEFS, a maioria dos agentes declararam participar de grupos de pesquisa, assessoria e consultoria.

- Indicadores de capital de poder político

Em relação aos indicadores de capital de poder político, foi possível observar as frequências para a presença ou ausência de cargos no MEC, no CNE, na SESu e Secretarias estaduais e na SBPC, na ANPEd e na ANPAE. Observou-se que os programas com maiores frequências de cargos no MEC, no CNE, na SESu e Secretarias estaduais foram UFC (75%) e UFPB (70%), enquanto que as menores foram UFPI (14%), UEFS (16%), UFPE (25%) e no programa da UFRN nenhum agente declarou ter ocupado algum cargo desses órgãos. A respeito do capital de poder político, Bourdieu (2011, p. 118) afirma que cada agente “[...] importa de cada uma das instituições secundárias o peso que ele detém genericamente, mas também pessoalmente (títulos) enquanto membro da instituição mais alta de que faz parte e à qual, num universo hierarquizado e baseado na competição”.

Para os cargos na SBPC, na ANPEd e na ANPAE, os únicos PPGE que apresentaram maiores frequências para a presença desses cargos foram UFPE (75%), UECE (75%) e UFRN (66%). A ocupação de cargos na ANPEd e na ANPAE, associações de maior prestígio para o campo da Política Educacional, constitui estratégia para os agentes militarem e produzirem nos espaços de discussão das temáticas; lugar de disputa em que se ouve e se faz ouvir, e hegemoniza o modo de produção do conhecimento, aliado a estes aparatos acadêmico-científicos que se colocam como reguladores da forma de conceber o que deve ser valorizado/legitimado dentro do campo. As elites produtoras são detentoras de capital científico institucionalizado, ligado à ocupação de cargos mais prestigiados na instituição, a exemplo de direção de departamentos e laboratórios, comitês de avaliação etc.; desse modo, elas possuem poder sobre os meios de produção e de reprodução.

As relações entre a estrutura do espaço de posições construtivas desse campo e as lutas que visam mantê-la ou, até mesmo, subvertê-la, são necessárias para obtenção dos diversos tipos de capitais, dentre eles, o capital de poder científico, que é fundamental para se ocupar cargos, participar de grupos de pesquisa, assessoria e consultoria em agências de fomento e colaborar com as principais associações de pesquisa em política educacional. Assim, “[...] entre a classificação ‘objetiva’, construída, tomando-se por critério o conjunto das propriedades postas em jogo no campo, e a luta pelas classificações que visa conservar ou transformar essa classificação conservando ou transformando a hierarquia dos critérios de classificação” (BOURDIEU, 2011, p. 104).

Portanto, esses embates têm sido materializados em torno da produção do discurso acadêmico-científico da Política Educacional, condição para definir as posições ocupadas pelos agentes dentro das Linhas dos PPGE. Nesse sentido, o capital de poder político, ancorado nos aparatos acadêmicos e institucionais, possibilita o reconhecimento do agente e de seu trabalho acadêmico pelos pares, bem como favorece se colocar diante do campo científico e da sociedade para se posicionar em relação aos temas políticos e científicos que afetam diretamente a agenda de trabalho.

- Análise fatorial de correspondência múltipla

Na análise de correspondência, as peculiaridades dos agentes são demonstradas a ponto de distingui-las pela posição que ocupam no espaço da Política Educacional construído. Os sujeitos epistêmicos caracterizam-se pelo “[...] sistema de diferenças de intensidade desigual e desigualmente ligadas entre si que se estabelecem entre o conjunto de suas propriedades pertinentes no universo teórico considerado e o conjunto dos conjuntos finitos de propriedades” (BOURDIEU, 2011, p. 47), que, por sua vez, são ligados ao conjunto dos outros indivíduos construídos. Portanto, são definidos pela posição que ocupam no espaço que suas propriedades contribuíram para construir ou definir.

Ao utilizarem-se as informações apresentadas na caracterização geral dos agentes dos PPGE (Tabelas 2 e 3), as frequências para as variáveis utilizadas na análise multivariada foram observadas. Notou-se que as variáveis graduação, tempo de carreira em universidade pública e bolsista de produtividade do CNPq apresentaram categorias com baixa frequência, o que é prejudicial à análise. Como a ausência de graduação apresentou porcentagem muito baixa (3,2%), tal variável na análise não foi incluída.

Por outro lado, para solucionar o problema das outras duas variáveis, agruparam-se as classes “até 5 anos” e “entre 5 e 10 anos” do tempo de carreira na categoria “até 10 anos” e incluiu-se a variável bolsista de produtividade do CNPq como variáveis suplementares. Ainda, inseriu-se a instituição do PPGE como variável suplementar para verificar a posição de cada uma nos eixos analisados. É importante ressaltar que as variáveis ativas são utilizadas para construção do plano fatorial e as variáveis suplementares apenas se apresentam no gráfico para verificação de suas estruturas de associação.

Nesse sentido, o campo da Política Educacional está estruturado em função de propriedades de capitais atuantes nos espaços de produção, tanto o capital escolar – dado pela trajetória acadêmica dos agentes e pela acumulação de capital político e de prestígio científico, que exprimem a composição do poder por uma elite acadêmica, cuja distinção se dá pelo uso de vários atributos que constituem um novo modo de dominação simbólica –; quanto pelo capital cultural e social em que as propriedades são objetivadas em uma espécie de capital particular produzido no meio acadêmico, indispensável à colaboração entre os agentes durante a trajetória de formação acadêmica e profissional.

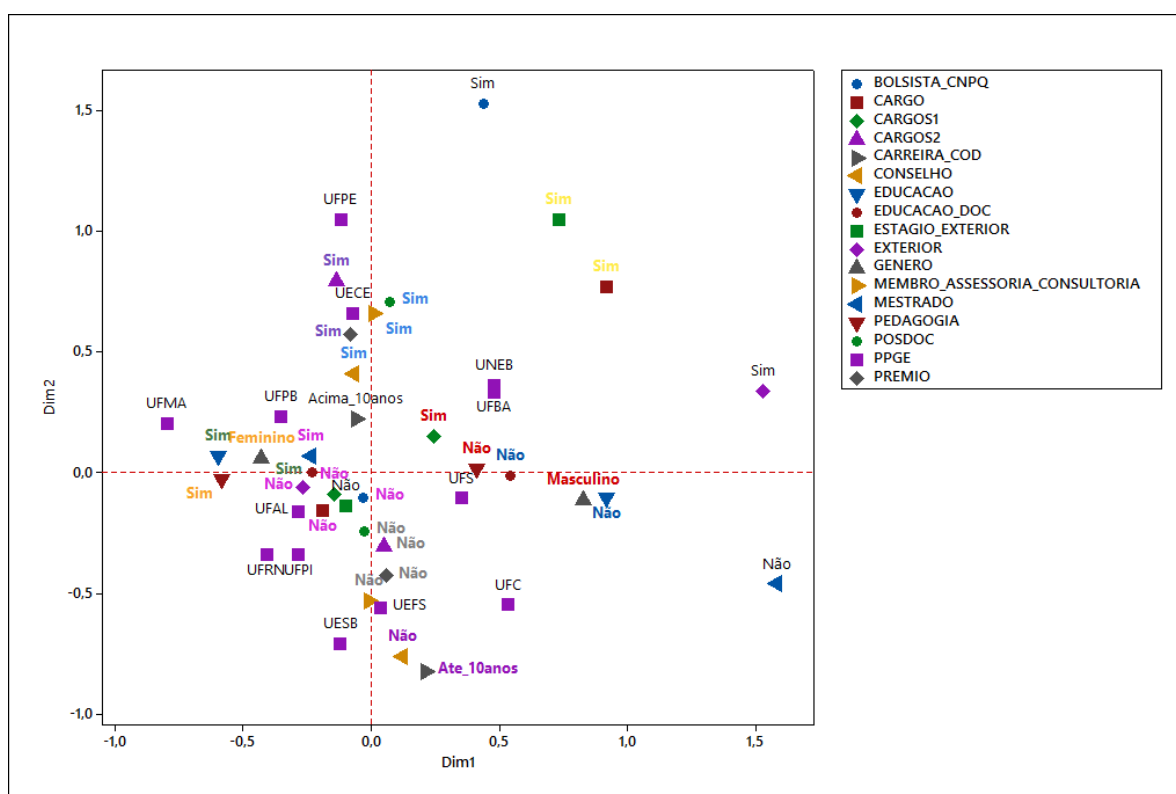
As Figuras 1, 2 e 3 apresentam o cruzamento entre as três dimensões analisadas, considerando variáveis ativas e suplementares. Essas figuras mostram a proximidade entre as categorias presentes na análise quando se olha cada plano individualmente. Como se querem categorias próximas nas 3 dimensões ao mesmo tempo, uma vez que, quanto mais próximas as classes estão, maior a presença de associação, deve-se analisar cada gráfico de uma vez e depois juntar as informações semelhantes. As variáveis ativas e suplementares utilizadas para criação da representação gráfica estão apresentadas a seguir.

Como uma AFCM foi realizada, o percentual de variância explicada por cada eixo não deve ser utilizado para definir o número de fatores na análise, sendo uma alternativa comumente empregada a de analisar a estrutura de decrescimento dos autovalores apresentados. Nesse caso, devem ser analisados os eixos cujos autovalores não se enquadram na forma “regular” de decrescimento do histograma dos autovalores. Notou-se que existe um salto do terceiro para o quarto eixo e que, a partir do terceiro eixo, obtém-se a forma “regular” de decrescimento sugerida. Dessa forma, as três primeiras dimensões na análise foram utilizadas.

Na primeira dimensão, as categorias “Não” e “Sim” da variável “Mestrado em Educação”, “Sim” para “Doutorado no Exterior”, “Masculino” para “Gênero” e “Não” para “Mestrado” foram as que mais contribuíram. Já na segunda dimensão, as categorias que mais contribuíram foram “Sim” das variáveis “Participação de grupos de pesquisa, assessoria ou consultoria” e “Presença de cargos na SCPC, na ANPEd e na ANPAE” e “Não” para “Participação em conselho de revistas científicas ou consultoria ao Ministério da Educação”.

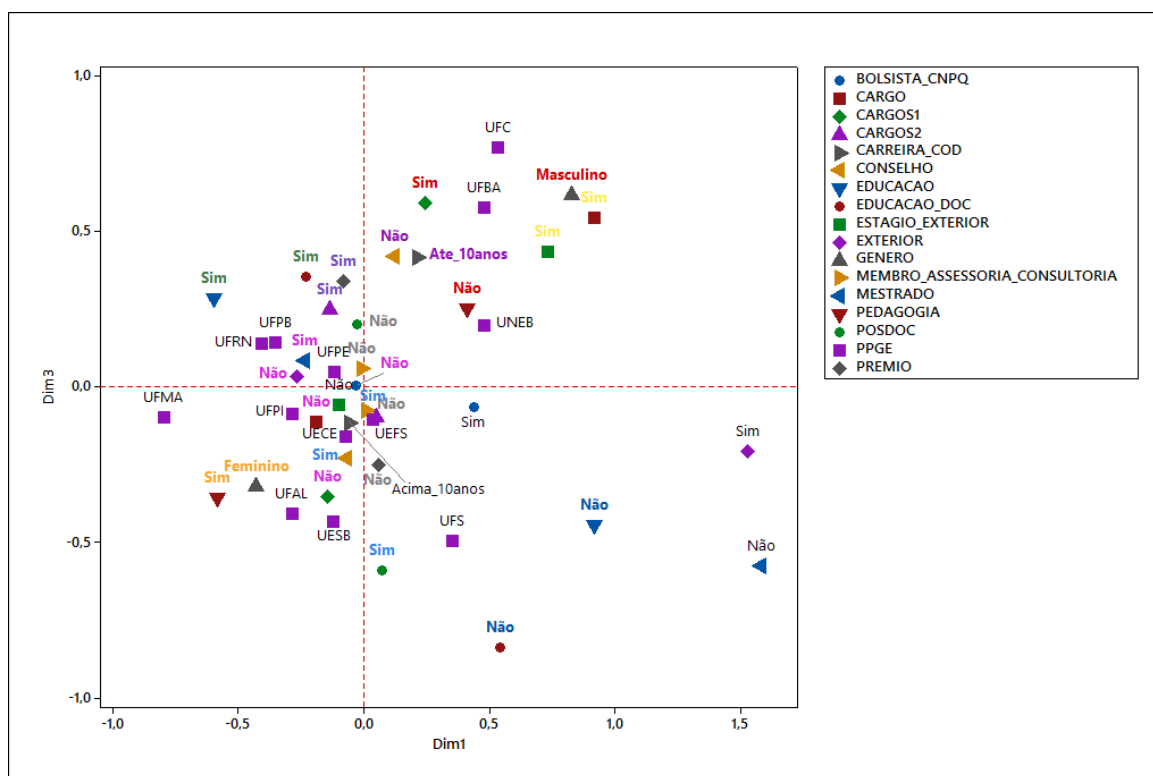
Para a terceira dimensão, verificou-se que as categorias “Não” para “Doutorado em Educação”, “Sim” para “cargos no MEC, no CNE, na SESu e Secretarias estaduais” e “Masculino” para “Gênero” foram as que mais contribuíram. Comparando os menores valores de contribuição em cada dimensão, verificou-se que a categoria “Não” para “Estágio de pesquisa no exterior” foi a que menos contribuiu, apresentando porcentagens abaixo de 0,1% em cada dimensão citada. Além disso, como, quanto maior o valor da contribuição maior o “desvio” do ponto em relação à hipótese de independência, tem-se que essa categoria possivelmente não está associada a nenhuma outra.

Figura 1 - Cruzamento entre primeira e segunda dimensão da AFCM



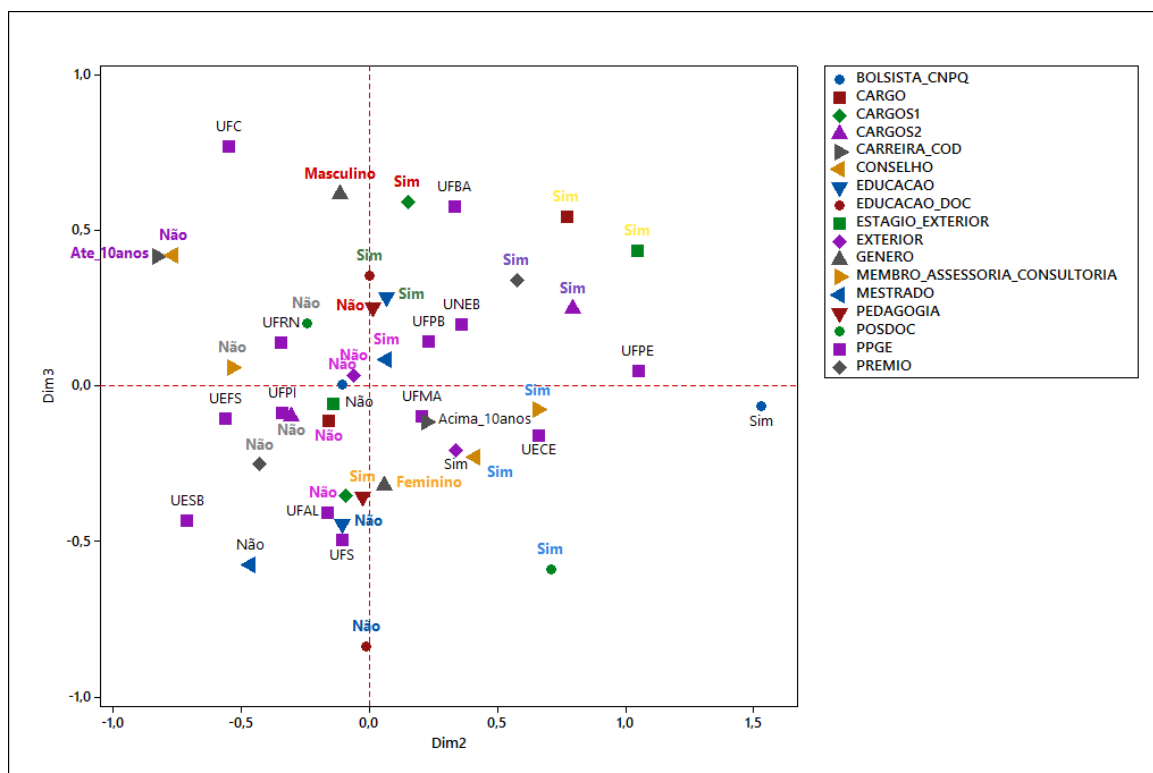
Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 2 - Cruzamento entre primeira e terceira dimensão da AFCM



Fonte: Dados da pesquisa.

Figura 3 - Cruzamento entre segunda e terceira dimensão da AFCM



Fonte: Dados da pesquisa.

Por meio da AFCM, constatou-se a necessidade da utilização de três dimensões para explicação da variabilidade dos dados. Ao analisarem-se conjuntamente as três dimensões e selecionarem-se as categorias mais próximas em cada plano fatorial, verificou-se associação: Tempo de carreira até 10 anos e “Não” para conselho de revistas científicas ou consultoria ao Ministério da Educação; “Sim” para cargo em universidade pública e programa de estágio no exterior; “Não” para grupos de pesquisa, assessoria e consultoria, Pós-doutorado, prêmio de mérito científico, cargos na SCPC, na ANPEd e na ANPAE - Programas: UEFS e UESB; “Sim” para Pós-doutorado, grupos de pesquisa, assessoria e consultoria e conselho de revistas científicas ou consultoria ao Ministério da Educação - Programas: UECE e UFPE; “Sim” para prêmio de mérito científico, programa de estágio no exterior e cargos na SCPC, na ANPEd e na ANPAE; “Sim” para Graduação em Pedagogia e sexo feminino - Programas: UFAL, UFMA, UFPI e UFRN; “Sim” para Mestrado e Doutorado em Educação - Programas: UFAL, UFMA, UFPI, UFRN; “Sim” para cargos no MEC, no CNE, na SESu e Secretarias estaduais, “Não” para Graduação em Pedagogia e sexo masculino - Programas: UFBA, UFC, UNEB; “Sim” para título de Mestrado e “Não” para programa de estágio no exterior, cargo em universidade pública, bolsista do CNPq e cargos no MEC, no CNE, na SESu e Secretarias estaduais - Programas: UFAL, UFMA, UFPI, UFRN.

De acordo com Bourdieu (2011, p. 78), podem ser encontrados dois princípios de hierarquização no campo universitário: “[...] a hierarquia social segundo o capital herdado e o capital econômico e político atualmente detido se opõe à hierarquia específica, propriamente cultural, segundo capital da autoridade científica ou de notoriedade intelectual”. Essa oposição está presente na estrutura do campo universitário, a partir do confronto entre os referidos princípios de legitimação concorrencial. Essa oposição está inscrita nas próprias estruturas do campo que é o lugar do confronto pela legitimação: o primeiro, que é propriamente temporal e político na lógica do campo universitário; o outro, que está fundado na autonomia de ordem científica e intelectual. Em outras palavras, “[...] os espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem da sua posição nesses espaços e que podem ser analisadas independentemente das características dos seus ocupantes (em parte determinadas por elas)” constituem o que Bourdieu (2003, p. 119) chama de campo científico, que representa o espaço de relações de poder entre os agentes com diferentes posições definidas no interior do grupo.

A ocupação hegemônica nos espaços de produção da Política Educacional dá-se pela luta em determinar traços distintivos que possam caracterizar e estabelecer a produção científica com discursos academicamente válidos. Nesse contexto, é possível estabelecer o consenso sobre o discurso legítimo e praticável, bem como valorizar as temáticas que entrarão em pautas na agenda do grupo. As trajetórias social, acadêmica e política dos agentes vão determinar, sobremaneira, o modo como estes pesquisam e se relacionam com os pares, o modo de organização do campo científico, a interação com outras instituições e regiões que o compõem. Não obstante, a compreensão da luta hegemônica no interior do campo sobre o estudo das políticas educacionais depende de propriedades de capitais atuantes nesses espaços, para que os agentes possam se posicionar no campo e dar visibilidade às suas produções.

Considerações finais

A formação de um novo campo intelectual é fruto da própria história, que faz surgir a automatização de um sistema amplo de conceitos para investigação científica e o desenvolvimento profissional. Assim se inicia um campo acadêmico, a partir do qual se desenvolvem os espaços de produção, circulação e legitimação do conhecimento. Logo, os agentes vão assumir, dentro do campo da Política Educacional, diferentes posições que, por sua vez, acomodarão o espaço homólogo para tomada de decisão. Isso pode ser observado pelas visões de mundo dos agentes, de suas estratégias e ações para se colocar nas disputas pela autoridade científica.

Este trabalho deve ser interpretado dentro dos seus limites de abrangência, pois entende-se que apresenta algumas limitações em relação à precisão das informações declaradas pelos agentes nos currículos da Plataforma Lattes do CNPq. Todavia, algumas delas minimizadas pelo fato de se ter trabalhado com a população de agentes que compreende o campo da Política Educacional da região Nordeste. Para Bourdieu (2011), o campo estudado produz uma imagem reduzida, mas fiel, do campo universitário como espaço de posições apreendidas. Assim, por meio das propriedades de capitais dos agentes que produzem conhecimento em políticas educacionais é possível identificar os seus atributos e suas atribuições, ao passo “[...] que lutam, com armas e poderes capazes de proferir efeitos visíveis, para prendê-los ou defendê-los, para conservá-los imutáveis ou transformá-los” (BOURDIEU, 2011, p. 106).

O campo universitário é o lócus onde as lutas de classificações se dão, com intuito de transformar o estado da relação de força entre os diferentes critérios e entre os diferentes poderes que elas designam. Os agentes que insurgem no campo da Política Educacional, principalmente a partir do final dos anos de 1990, quando de fato o campo começa a entrar no embate para se impor no mercado de publicações, esbarra na economia de lutas regionalistas⁸, legitimado pelo poder da mais alta hierarquia, no bojo de formação de uma elite acadêmico-científica, situada em regiões historicamente favorecidas (regiões Sul e Sudeste) com a produção cultural, o desenvolvimento da ciência e a formação da comunidade científica do país (GUIMARÃES, 2016).

Neste trabalho, sinaliza-se ainda para alguns pontos específicos que precisam ser melhor compreendidos, como os indicadores de capital de poder científico (necessários ao controle sobre os meios de produção e de reprodução), visto que alguns agentes optam por não exercer determinados cargos administrativos e de lideranças em instituições e universidades públicas, escolha que pode estar relacionada ao prestígio da universidade pública, associado aos escassos recursos públicos disponíveis para pesquisa e à autonomia universitária; ou, até mesmo, à gestão acadêmica burocratizada e à pressão pela produtividade, colocando em debate o destino do campo da Política Educacional e os impactos reais das pesquisas científicas, frente à nova (geo)política da produção do conhecimento.

Isso posto, leva-se a inferir que, de algum modo, o poder exercido e os atributos de posição incorporados pelas elites acadêmicas, que têm por pertencimento exercer o poder de dominação frente aos agentes desprovidos de bens e de recursos, promovem condições desiguais nas lutas travadas pela autoridade científica e o estabelecimento das questões legítimas para produção do conhecimento científico em Política Educacional nos Programas de Pós-Graduação em Educação da região Nordeste do Brasil.

⁸ Neste contexto, Bourdieu (2010) afirma que uma economia das lutas regionalistas deveria assim determinar os princípios segundo os quais as diferentes categorias de agentes ativa ou passivamente envolvidos nas lutas regionalistas se distribuem entre partidários e adversários do poder local.

Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar o universo da pesquisa com outros indicadores e propriedades de capitais pertinentes ao grupo estudado, que venham desvelar os subterrâneos do campo científico, a necessidade de conhecer e/ou compreender o campo acadêmico da Política Educacional, os atributos que determinam o modo de produzir e conceber o conhecimento científico em políticas educacionais, as relações de força no estabelecimento da agenda de produção no país, seus mecanismos de dominação, o empenho dos aparatos acadêmicos e institucionais na efetividade da pesquisa científica e, por sua vez, o papel das elites acadêmicas e científicas em contextos determinados pela economia das lutas regionalistas de produção do conhecimento; ou seja, uma nova reorientação do olhar para produção simbólica e as relações informais de poder.

Referências

BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade**. Tradução de Otávio Guilherme C. Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 123-155.

BOURDIEU, P. **Homo academicus**. Paris: Minuit, 1984.

BOURDIEU, P. **La noblesse d'Etat**. Paris: Minuit, 1989.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, P. **Homo academicus**. Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle. Florianópolis: UFSC, 2011.

CAPES. **Relatório de divulgação dos resultados da Avaliação Trienal 2013**. 2013. Diretoria de Avaliação. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.avaliacaotrienal2013.capes.gov.br/>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

COENEN-HUTHER, J. **Sociologia das elites**. Lisboa: Instituto Piaget, 2013.

FÁVERO, L. et al. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GARCIA FRANCO, J. El surgimiento del campo de la política educativa en Argentina: los casos de las Universidades Nacionales de Buenos Aires y La Plata. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 461-484, 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/PraxEduc.v.9i2.0008>

GRYNSZPAN, M. **Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GUIMARÃES, I. P. **(Entre)laços e nós: a constituição do campo acadêmico em política e gestão da educação no Nordeste do Brasil**. 2016. 361 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

GUIMARÃES, I. P. Produção científica em redes de colaboração no campo da Política Educacional no Brasil (2000 - 2014). **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 3, p. 1-36, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.3.010>

GUTIERREZ, G. L. **Alianças e grupos de referência na produção de conhecimento: novos desafios para pesquisa em ciências humanas**. Campinas: Autores Associados, 2005.

HEY, A. P. **Dominação simbólica e destino da educação superior no Brasil**. 2004. 277 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

HEY, A. P. Bourdieu epistêmico-prático: o espaço de produção acadêmica em educação superior no Brasil (Dossiê Pierre Bourdieu). **Educação & Linguagem**, São Bernardo do Campo, v. 10, n. 16, p. 86-105, jul./dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.15603/2176-1043/el.v10n16p86-105>

HEY, A. P. Elites científicas: o caso da Academia Brasileira de Ciências. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2012, Águas de Lindóia. **Anais eletrônicos...** Águas de Lindóia: Hotel Majestic, 2012. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-36-encontro/gt-2/gt16-2/8018-elites-cientificas-o-caso-da-academia-brasileira-de-ciencias/file>>. Acesso em: 22 nov. 2018.

KELLER, S. **O destino das elites**. Rio de Janeiro: Forense, 1967.

295

KREIMER, P. Publicar y castigar. El paper como problema y la dinámica de los campos científicos. **Redes**, Buenos Aires, v. 5, n. 12, p. 51-73, dez. 1998.

MAINARDES, J. A pesquisa sobre Política Educacional no Brasil: análise de aspectos teórico-epistemológicos. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 33, p. 1- 25, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698173480>

MAINARDES, J. Reflexões sobre o objeto de estudo da política educacional. **Laplage em Revista**, Sorocaba, v. 4, n. 1, p.186-201, jan./abr. 2018a. DOI: <https://doi.org/10.24115/S2446-6220201841399p.186-201>

MAINARDES, J. Metapesquisa no campo da Política Educacional: elementos conceituais e metodológicos. **Educar em revista**, Curitiba, v. 34, n. 72, p. 1-16, nov./dez. 2018b.

MAINARDES, J. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teórico-epistemológicas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1-21, 2018c. DOI: <https://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782018230034>

MARTINEZ, P. **A teoria das elites**. São Paulo: Scipione, 1997.

MELO NETO, J. C. **A educação pela pedra e depois**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A. Apresentação: por um retorno à sociologia das elites. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 7-15, jun. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782008000100002>

SAVIANI, D. Epistemologias da política educacional: algumas precisões conceituais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 2, p. 1-5, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.2.002>

SCHNEIDER, M. P. Pesquisa em política educacional: desafios na consolidação de um campo. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 5-13, jan./abr. 2014. DOI: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v19n1a2610>

SEIDL, E. Apresentação. Dossiê Sociologia do poder e das elites. **TOMO Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**, São Cristóvão, n. 13, p. 7-12, jul./dez. 2008.

SHINN, T.; PASCAL, R. **Controvérsias sobre a ciência**: por uma sociologia transversalista da atividade científica. São Paulo: 34, 2008.

SOUZA, A. R. A política educacional e seus objetos de estudo. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 1, p. 75-89, jan./jun. 2016.

STREMEL, S. Aspectos teórico-metodológicos para a análise da constituição do campo acadêmico da Política Educacional no Brasil. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 2, p. 1-14, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.2.001>

296

STREMEL, S.; MAINARDES, J. A emergência do campo acadêmico da política educacional em diferentes países. **Tópicos Educacionais**, Recife, v. 22, n. 1, p. 115-138, jan./jun. 2016.

TELLO, C. Las epistemologías de la Política Educativa en Latinoamérica: notas históricas y epistemológicas sobre el campo. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 19, n. 2, p. 282-299, jul./dez. 2012.

TSEBELIS, G. **Jogos ocultos**: escolha racional no campo da política comparada. São Paulo: Edusp, 1998.

URBIZAGÁSTEGUI-ALVARADO, R. A Cientometria como um campo científico. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 20, n. 3, p. 41-62, set./dez. 2010.

Recebido em 10/08/2018

Versão corrigida recebida em 15/11/2018

Aceito em 16/11/2018

Publicado online em 27/11/2018